

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.518 - RS (2019/0132129-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**AGRAVANTE** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**AGRAVADO** : EVERTON MOREIRA CAMARGO (PRESO)  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o Juízo da Vara de Execuções criminais deferiu a progressão do apenado para o regime semiaberto, concedeu permissão especial de saída por 5 dias e determinou que, na ausência de vaga adequada ao seu regime (semiaberto), fosse incluído em prisão domiciliar com monitoramento eletrônico (fls. 73/75).

Interposto agravo em execução, pelo Ministério Público, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso. O acórdão ficou assim ementado (fl. 104):

**AGRAVO EM EXECUÇÃO. REGIME SEMIABERTO. PRISÃO DOMICILIAR. AUSÊNCIA DE VAGAS. HIPÓTESE NÃO PREVISTA NO ARTIGO 117 DA LEP. POSSIBILIDADE.**

*A ausência de vagas em estabelecimento prisional compatível com o regime no qual o apenado deve executar sua pena, após progressão ao regime semiaberto, autoriza a concessão de prisão domiciliar fora das hipóteses do artigo 117 da LEP.*

*Situação excepcional que possibilita o cumprimento da pena em prisão domiciliar, mediante monitoramento eletrônico, até que o Estado providencie vaga ou estabelecimento prisional compatível. Considerado o mapa prisional da SUSEPE, que atesta o déficit de vagas, deve ser concedida a prisão domiciliar. Ademais, na preservação de direito subjetivo, o Poder Judiciário desnuda o descabro penitenciário, para debate na esfera pública e efetiva pressão política no sentido de superação das lacunas administrativas. Neste sentido, o STF reconheceu, em liminar na ADPF nº 347, um "estado de coisas inconstitucional" no sistema penitenciário brasileiro, por violação aos direitos humanos. Ainda, a Súmula Vinculante nº 56 dispõe que a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo ser observados os parâmetros fixados no RE nº 641.320.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Mantida a prisão domiciliar mediante monitoramento eletrônico.*

**AGRAVO DESPROVIDO.**

Opostos embargos de declaração, pelo *Parquet* estadual, foram desacolhidos nos termos do acórdão de fls. 141/146, assim ementado:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM EXECUÇÃO. PRISÃO DOMICILIAR. REGIME SEMIABERTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO.**

*Não se constata a existência das omissões alegadas, tendo em vista que o acórdão embargado foi devidamente fundamentado com base no atual entendimento dos Tribunais Superiores e desta Corte acerca da prisão domiciliar. Impossibilidade de rediscussão da matéria.*

**EMBARGOS DESACOLHIDOS.**

Diante disso, o Ministério Público interpôs recurso especial alegando violação aos art. 489, § 1º, incisos III, IV e V, do Código de Processo Civil - CPC.

Sustenta que a decisão é genérica e condicional, uma vez que deixou de realizar a efetiva verificação da inexistência de vagas no momento da progressão e utilizou motivos que se prestam a justificar a concessão de prisão domiciliar a qualquer apenado que progride do regime fechado para o semiaberto.

Alega que o acórdão impugnado, de igual modo, não analisou de maneira criteriosa o caso específico do apenado, para o fim de aplicar a Súmula Vinculante n. 56 do STF, a qual rege que se deve observar os parâmetros estabelecidos no RE 641.320/RS.

Assevera que a Suprema Corte foi categórica em assentar que não se mostra devida a concessão de prisão domiciliar automática e despida de fundamentação, sem a realização de antecipação de saída de sentenciado no regime de destino, razão pela qual imperativa era a realização de um juízo crítico, fundado em dados concretos, acerca do mérito do apenado, priorizando os mais aptos a receber o benefício da saída antecipada.

Requer seja conhecido e provido o recurso especial para cassar o acórdão impugnado e determinar a prolação de nova decisão que atenda aos parâmetros do artigo 489 do Código de Processo Civil, reapreciando a concessão da prisão domiciliar à luz das diretrizes estabelecidas no RE 641.320/RS ou, por economia processual, seja

# Superior Tribunal de Justiça

determinado o regular cumprimento da pena do réu no regime prisional semiaberto, com a vedação à prisão domiciliar nos termos em que concedida.

Contrarrazões às fls. 191/203.

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula n. 284 do STF (fls. 216/226).

No presente agravo em recurso especial, o *Parquet* refuta o referido óbice (fls. 302/321).

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do agravo em recurso especial e do recurso especial (fls. 338/340).

É o relatório.

Decido.

Atendidos os requisitos de admissibilidade e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo à análise do recurso especial.

O voto condutor assim se posicionou quanto à controvérsia, no que importa, *verbis* (fls. 106/108):

*O apenado (PEC 114513-4), ora agravado, cumpre pena de 12 anos de reclusão, atualmente em monitoramento eletrônico, pela prática do crime de tráfico de drogas (duas vezes).*

*Em 29 de junho de 2017, o Juízo a quo deferiu ao reeducando a progressão ao regime semiaberto. Em razão da carência de vagas no regime, concedeu, desde logo, permissão especial de saída, devendo, em até 48 horas, se apresentar ao Departamento de Monitoramento Eletrônico, a fim de ser incluído no sistema de monitoramento eletrônico, mediante condições de prisão domiciliar (fls. 39/40).*

*A decisão não merece reforma.*

*A concessão da prisão domiciliar, ainda que desamparada das hipóteses legalmente previstas no artigo 117 da Lei de Execução Penal, é uma tentativa do Poder Judiciário de minimizar as mazelas causadas pela escassez de recursos provenientes do Poder Executivo, esfera responsável pela administração e implemento de vagas do sistema prisional. E assim o faz a fim de evitar grave violação aos direitos fundamentais (art. 1º, III e 5º, XLVII, "e" e XLIX), visto que os presos não podem ser submetidos a cumprimento de pena em condições mais gravosas do que as impostas na sentença condenatória ou estabelecidas pela progressão/regressão dentro da execução da pena.*

*Nesta linha, inclusive, menciona-se a decisão do Supremo*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Tribunal Federal, que, ao apreciar o pedido de liminar constante da ADPF 347 (09/09/2015), constatou, no sistema penitenciário brasileiro, a existência de um "estado de coisas inconstitucional", em razão da generalizada violação a direitos humanos. A Corte determinou, liminarmente, o implemento das audiências de custódia e a liberação das verbas do FUNPEN, bem como acolheu proposta do Ministro Luís Roberto Barroso para determinar à União e ao Estado de São Paulo que forneçam informações sobre a situação do sistema prisional.*

*A concessão da prisão domiciliar ao agravado, portanto, decorre da proporcionalidade e da razoabilidade inerentes à atividade jurisdicional, consideradas as peculiaridades do sistema prisional. Evidentemente mais adequada a colocação em condição excepcional de cumprimento da pena daqueles presos que estão mais perto da reinserção social, que já galgaram progressão ao regime mais brando.*

*O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 641.320 em 11 de maio de 2016, concluiu que a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, determinando que os juízes da Execução, nestes casos, na falta de alternativas, concedam aos apenados o benefício da prisão domiciliar, mediante monitoramento eletrônico.*

*[...]*

*A considerar o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal, não há que se falar em violação aos princípios constitucionais suscitados pelo Ministério Público, pois realizada a ponderação pelo guardião da Constituição.*

***O Juízo singular faz referência à carência de vagas nos estabelecimentos prisionais do regime semiaberto, circunstância que, na linha do entendimento do STF, enseja a concessão da prisão domiciliar.***

*Deste modo, até que sejam disponibilizadas vagas em estabelecimento prisional compatível com o regime no qual o apenado deve executar sua pena, viável a concessão de prisão domiciliar, ainda que fora das hipóteses do artigo 117 da LEP.*

Da análise dos trechos acima transcritos, verifica-se que o Tribunal de origem manteve a decisão do juízo da execução que concedeu ao agravado, progredido para o regime semiaberto, prisão domiciliar, mediante monitoramento eletrônico.

Entretanto, a Terceira Seção desta Corte, no julgamento do REsp n. 1.710.674/MG, sob o rito dos recursos repetitivos, de relatoria do em. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 03/09/2018, firmou a tese de que *"a inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*domiciliar, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante n° 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE n° 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto".*

Confira-se a ementa do referido julgado:

**RECURSO ESPECIAL. PROPOSTA DE JULGAMENTO SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. EXECUÇÃO PENAL. DETERMINAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR, QUANDO INEXISTENTE VAGA NO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA ADEQUADO AO EXECUTADO OU ESTABELECIMENTO PRISIONAL COMPATÍVEL COM O PREVISTO EM LEI. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 117 DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS. APLICAÇÃO DO NOVO ENTENDIMENTO ESTABELECIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO RE 641.320/RS.**

1. Recurso representativo de controvérsia, para atender ao disposto no art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 e na Resolução STJ n. 8/2008.

2. Delimitação da controvérsia: "(im)possibilidade de concessão da prisão domiciliar, como primeira opção, sem prévia observância dos parâmetros traçados no RE 641.320/RS".

3. TESE: A inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar, porquanto, nos termos da **Súmula Vinculante n° 56**, **é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE n° 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto.**

4. Ao examinar a questão do cumprimento de pena em regime fechado, na hipótese de não existir vaga em estabelecimento adequado ao regime em que está efetivamente enquadrado o reeducando, por ocasião do julgamento do RE 641.320/RS, o Supremo Tribunal Federal assentou que "A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso"

# *Superior Tribunal de Justiça*

e que "Os juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para qualificação como adequados a tais regimes. São aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como "colônia agrícola, industrial" (regime semiaberto) ou "casa de albergado ou estabelecimento adequado" (regime aberto) (art. 33, § 1º, alíneas "b" e "c)"). Concluiu, ainda, que, na ausência de vagas ou estabelecimento prisional adequado na localidade, o julgador deve buscar aplicar as seguintes alternativas, em ordem de preferência: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto. Observou, entretanto, que, até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado e que a adoção de uma solução alternativa não é um direito do condenado.

5. Somente se considera a utilização da prisão domiciliar pouco efetiva, como alternativa à ausência de vagas no regime adequado, quando ela restringe totalmente o direito do executado de deixar a residência, não permitindo, assim, o exercício de trabalho externo, ou quando, estando o reeducando no regime aberto, a prisão domiciliar puder ser substituída pelo cumprimento de penas alternativas e/ou estudo. Não há óbices à concessão de prisão domiciliar com monitoração eletrônica ao sentenciado em regime semiaberto, quando não há vagas no regime específico ou quando não há estabelecimento prisional adequado ou similar na localidade em que cumpre pena.

6. Não há ilegalidade na imposição da prisão domiciliar, mesmo a pura e simples em que o executado não tem direito de deixar a residência em momento algum, em hipóteses não elencadas no art. 117 da Lei de Execuções Penais, máxime quando não houver vagas suficientes para acomodar o preso no regime de cumprimento de pena adequado, tampouco estabelecimento prisional similar, e não for possível, no caso concreto, a aplicação de uma das hipóteses propostas no RE n. 641.320/RS.

7. CASO CONCRETO: Situação em que o reeducando cumpria pena em regime semiaberto e obtivera, do Tribunal de Justiça, o direito de cumpri-la em prisão domiciliar, nas condições a serem fixadas pelo Juízo da execução. Entretanto, após a afetação do presente recurso especial, obteve progressão de regime para o aberto e, atualmente, cumpre pena em prisão domiciliar na qual deve permanecer nos domingos (com permissão para comparecimento a eventual culto religioso matutino) e feriados, assim como nos dias úteis no horário compreendido entre as 19 horas até as 6 horas do dia seguinte, além de cumprir outras restrições.

8. Recurso especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais provido, em parte, apenas para determinar ao Juízo da Execução que examine a possibilidade e conveniência de, no caso concreto e observadas as características subjetivas do réu, bem como seu

# Superior Tribunal de Justiça

*comportamento ao longo do cumprimento da pena, além de todos os requisitos legais, converter o restante da pena a ser cumprida pelo executado, no regime aberto, em pena restritiva de direitos ou estudo, em atenção ao entendimento exarado no RE 641.320/RS (REsp 1710674/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 03/09/2018).*

Ante o exposto, conheço do agravo e, com fundamento na Súmula n. 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para determinar que, persistindo a falta de vaga, ao invés da concessão imediata da prisão domiciliar, sejam observadas as providências determinadas no REsp n. 1.710.674/MG, que firmou a tese de que "*a inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante n° 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE n° 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto*".

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator